



4.ª CONFERÊNCIA DAS CIDADES



PANORAMA GERAL DAS CONFERÊNCIAS DAS CIDADES DO PARANÁ



Diretriz do Estatuto da Cidade

Os esforços têm sido direcionados ao rompimento da lógica e modelo de desenvolvimento vigentes que contribuem para ampliar as desigualdades, e ao fortalecimento de um novo modelo institucional, em que a construção da Política de Desenvolvimento Urbano (fundiária, de habitação, saneamento, transporte e mobilidade) deva ser pensada e aplicada com participação social.

Em âmbito nacional, uma das principais contribuições foi a implantação do Conselho Nacional das Cidades (CONCIDADES), eleito em 2003 na 1.ª Conferência das Cidades, e que, ao longo de mais de cinco anos, tornou-se um espaço dinâmico de debates e recomendações, que tem contribuído para a implementação das deliberações da 1.ª , 2.ª e 3.ª Conferências e da Política de Desenvolvimento Urbano. No âmbito do Estado do Paraná, o Conselho Estadual das Cidades (CONCIDADES-PR) foi instituído pelo Decreto Estadual 1.483/2007, durante a 3.ª Conferência Estadual das Cidades.

As Conferências Nacionais das Cidades, realizadas em 2003, 2005 e 2007, contaram respectivamente com 3.457, 3.120 e 3.277 conferências municipais e 2.095, 1.820 e 2.040 delegados, dos 26 Estados e Distrito Federal. No Paraná, as Conferências também aconteceram num expressivo número de municípios. Em 2003, em Curitiba, com o processo ainda embrionário, a 1.^a Conferência foi convocada pela sociedade. Avançando, em 2005, a 2.^a Conferência aconteceu em 39 municípios e outros 384 participaram das 18 Conferências Regionais realizadas em todo o Estado, mobilizando mais de 3 mil participantes.

4.ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DAS CIDADES



No processo desta 4.ª Conferência Estadual das Cidades, foram realizadas 310 Conferências Municipais, distribuídas em todo o território estadual (mapa 1), e foram cadastrados 3.534 delegados, entre titulares e suplentes. Ainda nesta etapa, dezenas de municípios instituíram seus Conselhos Municipais das Cidades. Além disso, a Associação dos Municípios do Litoral (AMLIPA) realizou a conferência regional visando a proposições comuns à sua região. As Associações dos Municípios do Sul do Paraná (AMSULPAR) e do Vale do Ivaí (AMUVI) organizaram suas conferências por agrupamento, com a participação de 10 e 20 municípios, respectivamente.

AVANÇOS E DESAFIOS - GESTÃO DEMOCRÁTICA



1.ª CONFERÊNCIA (2003)

Teve como missão garantir o direito à cidade a todos os seus habitantes, por meio da gestão participativa, com promoção da universalização do acesso à terra urbanizada, à moradia digna, à água potável, ao saneamento básico, ao ambiente saudável com segurança.

Elegeu para o Conselho Nacional das Cidades três conselheiros titulares e um suplente, no segmento dos movimentos populares, e dois conselheiros do poder público (um prefeito e um vereador).

2.ª CONFERÊNCIA (2005)

Aprovou a criação de conselhos municipais, regionais e do Conselho Estadual das Cidades e a implementação de políticas públicas de capacitação de conselheiros, de equipes técnicas municipais e estaduais e da sociedade civil em geral, além de outros instrumentos de participação e controle social.

AVANÇOS E DESAFIOS – GESTÃO DEMOCRÁTICA



2.ª CONFERÊNCIA (2007)

Sobre a questão federativa, aprovou a reconstrução e fortalecimento do Estado brasileiro, o incentivo à implementação da política de consórcios intermunicipais públicos ou outras formas de integração entre municípios, assim como a reforma político-eleitoral para participação paritária entre gêneros e setores.

AVANÇOS E DESAFIOS - GESTÃO DEMOCRÁTICA



3.ª CONFERÊNCIA (2007)

Reiterou a criação por lei de Conselhos das Cidades – municipais, por bairros, intermunicipais, metropolitanos, regionais e estadual – sustentáveis e integrados nos mais diversos âmbitos, com caráter deliberativo, propositivo, normativo e fiscalizatório.

Propôs democratizar a ação pública, com o uso de instrumentos e mecanismos previstos constitucionalmente, assim como implementar o orçamento participativo, garantindo o controle social, apoiado em sistemas de informações, programas de qualificação e capacitação da sociedade civil e encontros e debates entre gestores públicos e sociedade.

1.ª CONFERÊNCIA (2003)

Ressaltou os princípios do direito à cidade e à moradia digna, o cumprimento da função social da cidade e da propriedade, a inclusão social e a redução das desigualdades, a garantia da sustentabilidade financeira da política urbana, o combate à discriminação de grupos sociais e à segregação urbana, e o respeito à diversidade socioespacial.

Reforçou a urgência da implementação de política fundiária para acesso à terra por famílias de baixa renda, com instrumentos tais como as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), a prevenção da ocupação de áreas de risco de deslizamento, enchentes, erosão, lixões e preservação permanente, e o controle do cumprimento da função social da propriedade, garantindo a ocupação de imóveis vazios.

AVANÇOS E DESAFIOS - HABITAÇÃO

2.ª CONFERÊNCIA (2005)

Enfatizou tratamento prioritário a programas de provisão de moradia, privilegiando moradores com renda abaixo de 3 salários mínimos. Propôs mecanismos de assistência técnica gratuita no âmbito de Arquitetura e engenharia pública para populações de baixa renda.

2.ª CONFERÊNCIA (2007)

Aprovou a criação de fundos de Habitação de Interesse Social (Estadual e Municipais), geridos por Conselhos de Habitação de Interesse Social, assim como de companhias, cooperativas ou associações habitacionais como forma de descentralizar a aplicação dos recursos.

Orientou o amplo debate sobre a Política de Prevenção e Mediação dos Conflitos Fundiários Urbanos, efetivada em seminário para a Região Sul, organizado pelo Ministério das Cidades e SEDU, em Curitiba.

AVANÇOS E DESAFIOS – SANEAMENTO BÁSICO



1.ª CONFERÊNCIA (2003)

Propôs que a política de saneamento preveja a implantação e ampliação dos sistemas de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos sanitários, buscando universalizar o serviço nas áreas urbanas e rurais, assim como realize estudos para uma política estadual de resíduos sólidos e efluentes líquidos urbanos, com capacitação e apoio técnico para a organização de cooperativas de trabalho no setor.

2.ª CONFERÊNCIA (2005)

Foi proposto o financiamento do desenvolvimento urbano, com destaque à implantação de infraestrutura para saneamento ambiental.

AVANÇOS E DESAFIOS – SANEAMENTO BÁSICO



3.ª CONFERÊNCIA (2007)

Formulou planos participativos para assuntos de interesse comum, entre os quais, recursos hídricos, desenvolvimento sustentável do turismo e educação socioambiental.

AVANÇOS E DESAFIOS – TRANSPORTE E MOBILIDADE



1.ª Conferência (2003)

Recomendou a elaboração de projetos de corredores estruturais intermunicipais e metropolitanos de transporte coletivo e a revitalização de áreas lindeiras de corredores metro-ferroviários, respeitando as exigências de estudos de impacto de vizinhança.

Foram recomendadas ainda ações no sentido do financiamento à ampliação da mobilidade urbana, com melhoria da qualidade do transporte de passageiros, incluindo transportes não-motorizados, com barateamento de tarifas e implantação de projetos de acessibilidade para pessoas com restrições.

AVANÇOS E DESAFIOS – TRANSPORTE E MOBILIDADE



2.ª Conferência (2005)

Foi proposto o financiamento do desenvolvimento urbano, com destaque à implantação de infraestrutura para, mobilidade, particularizando transporte alternativo e de massa.

3.ª Conferência (2007)

Propôs maior aporte de recursos não-reembolsáveis e novas fontes de financiamento para políticas públicas voltadas à infraestrutura para mobilidade e acessibilidade.

AVANÇOS E DESAFIOS – PLANEJAMENTO URBANO



1.ª Conferência (2003)

Entre as diretrizes gerais de ação, deu destaque à articulação das políticas sociais e de desenvolvimento, como forma de promover o direito à cidade e à moradia, a inclusão social, o combate à violência e a redução das desigualdades sociais e regionais.

Propôs o apoio à estruturação de uma rede de cidades mais equilibrada e desconcentrada, com a descentralização das políticas de desenvolvimento urbano.

2.ª Conferência (2005)

Enfatizou a necessidade de que as políticas urbana, regional e metropolitana sejam integradas entre as três esferas de governo, com a elaboração e implementação de planos de desenvolvimento regional, e o incentivo governamental para desenvolvimento de programas voltados à geração de emprego e renda.

AVANÇOS E DESAFIOS – PLANEJAMENTO URBANO



2.ª Conferência (2005)

Foi proposto o acesso dos governos municipais aos recursos do Ministério das Cidades e da SEDU/Paranacidade, a integração das políticas urbana e rural, e a ampliação de prazos e redução de juros para financiamentos municipais.

3.ª Conferência (2007)

Reiterou a integração das intervenções urbanas, políticas setoriais e marcos regulatórios, assim como das esferas de governo e da sociedade, na construção de uma efetiva Política de Desenvolvimento Urbano.

Propôs o fortalecimento e incentivo à cooperação e integração intermunicipal, com controle social, buscando maior transparência na gestão e respeito à diversidade local/regional, descentralização das políticas de investimentos, no Estado, e prioridade às pequenas cidades, de modo a evitar a evasão rural/urbano.

AVANÇOS E DESAFIOS – PLANEJAMENTO URBANO



3.ª Conferência (2007)

Definiu critérios para priorizar repasses destinados ao financiamento das políticas de desenvolvimento urbano e rural nos municípios, facilitando acesso aos de menor porte e baixo IDH-M, que possuam Planos Diretores municipais ou regionais devidamente aprovados e em implementação, Conselhos das Cidades e participação comprovada nas Conferências das Cidades.

Orientou discussão do Projeto de Lei 3.057-2000, em Seminário sobre a Lei de Responsabilidade Territorial Urbana.

GESTÃO DEMOCRÁTICA

- Reduzida e lenta implementação dos Conselhos das Cidades em Estados e Municípios. Quando implementados, muitos ainda sem o respaldo de uma lei.
- Fragilidade na implementação de instrumentos de participação democrática e controle social.
- Limitada discussão e implementação da Política Nacional e Estadual de Desenvolvimento Urbano.
- Falta de integração entre as diversas instâncias de gestão e entre conselhos voltados às políticas urbanas, de habitação, transporte e mobilidade, saneamento e planejamento urbano.

Caráter não-deliberativo dos Conselhos das Cidades.

HABITAÇÃO

- Alto grau de exigências legais e burocráticas que retardam a liberação dos recursos para a população com renda de até 5 salários mínimos.
- Falta de apoio dos Poderes Executivos, nos níveis estadual e municipal, na implementação das políticas.
- Baixa capacidade institucional dos municípios e estados para o cumprimento da Política Nacional de Habitação de Interesse Social (PNHIS).
- Falta de conclusão e implementação do Plano Nacional de Habitação (PLANHAB).
- Falta de integração das ações das políticas de habitação, transporte e mobilidade, saneamento e planejamento urbano.

SANEAMENTO BÁSICO

- Reduzido apoio do Poder Executivo na implementação dos Planos de Saneamento Básico.
- Transferência da prestação dos serviços de Saneamento Básico ao setor privado, dificultando a universalização dos serviços.
- Falta de integração das ações das políticas de habitação, transporte e mobilidade, saneamento e planejamento urbano.

TRANSPORTE E MOBILIDADE

- Escassez de recursos para implementação da Política de Transporte e Mobilidade/Acessibilidade.
- Resultados insuficientes quanto à implementação da política de transporte no que se refere à qualidade e adequação tarifária social.
- Dificuldades para garantir a plena implementação da Lei de Acessibilidade em todos os municípios (Lei n.º 10.098/00).
- Baixa fiscalização e controle social da adequação às medidas referentes aos transportes públicos (Decreto n.º 5.296/2004).
Morosidade na tramitação para aprovação do Projeto de Lei n.º 1.687/07, que institui as diretrizes da Política de Mobilidade Urbana.
- Falta de integração das ações das políticas de habitação, transporte e mobilidade, saneamento e planejamento urbano.

DIFICULDADES PARA IMPLEMENTAÇÃO



PLANEJAMENTO URBANO

- Limitação dos recursos orçamentários disponíveis para implementação das políticas de apoio à elaboração de Planos Diretores Participativos, Regularização Fundiária, Prevenção de Riscos e Reabilitação de Áreas Centrais.
- Limitação dos recursos orçamentários necessários para realização de uma ampla campanha de capacitação de técnicos municipais e lideranças comunitárias voltadas para a implantação nos municípios dos instrumentos do Estatuto da Cidade.
- Dificuldades para implementação efetiva, por parte dos municípios, dos instrumentos do Estatuto das Cidades associadas à falta de capacitação e articulação dos agentes locais interessados na reforma urbana.
- Dificuldade para elaboração de uma proposta de gestão metropolitana ou regional que considere os desafios da participação democrática e da integração das políticas setoriais.